

## **Parecer Jurídico 92/2021**

Protocolo 33028 Envio em 24/11/2021 13:12:47

### **Assunto: Projeto de Lei nº 76/2021**

Trata-se de parecer ao projeto de lei nº 76/2021, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, na qual *“Altera o art. 4º da Lei Municipal nº 3.409, de 17 de novembro de 2021, que dispõe sobre a reformulação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR”, com o acréscimo do § 3º:*

*Art. 4º.....*

*§ 3º Em caso de empate as decisões serão submetidas à deliberação do Conselho Municipal de Turismo.*

Trata-se de assunto de interesse local, conforme dispõe o Art. 30, Inc.I da Constituição Federal, c/c Art. 7º, caput da Lei Orgânica do Município, se enquadrando quanto aos aspectos de iniciativa e competência:

*“C.F.-Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

*“LOM - Art. 7º - Ao Município cabe legislar e prover a tudo quanto respeite o interesse local e ao bem estar de sua população, ....”*

A proposição se enquadra quanto aos aspectos de **iniciativa e competência**, nos termos dos Arts. 55, § 3º,III; 70, VII, todos da LOM:

*“LOM - Art. 55 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, a Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos eleitores do Município.*

*§3º - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:*

*III - criem, alterem, estructurem as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional.*

*Art. 70 - Compete, privativamente, ao Prefeito:*

*VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração municipal, na forma da lei;”*

O regime de tramitação é normal, devendo ser apreciado pelas comissões competentes, especialmente na Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, conforme Art. 76 do R.I., para que se manifeste sobre os aspectos contábeis da proposição,



especialmente face às Leis nº 4.320/1964 e 101/2000, bem como quanto à LDO.

**“Art. 76** - As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

**§ 2º** - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se-á sobre a constitucionalidade e legalidade e a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade sobre os aspectos financeiros e orçamentários de qualquer proposição.”

Isto posto e constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, o presente Projeto de Lei é **legal**, face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 24 de Novembro de 2021

Mario Roberto PLazza  
Procurador Jurídico

